

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.998 - SP (2019/0252596-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : SIMONE PEREIRA DUARTE  
**RECORRENTE** : MARCOS PEREIRA DUARTE  
**RECORRENTE** : RAFAEL PEREIRA DUARTE  
**ADVOGADOS** : JEFFERSON LUIZ ODPPES - PR058487  
GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA - SP266541  
**RECORRIDO** : DANONE LTDA  
**ADVOGADO** : ANDRÉ FERRARINI DE OLIVEIRA PIMENTEL - SP185441

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por SIMONE PEREIRA DUARTE e outros, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"EMBARGOS DE TERCEIRO. Ação de execução de título extrajudicial. Sentença de improcedência dos embargos. Apelo dos embargantes. Levantamento da penhora da fração ideal do imóvel pertencente aos embargantes, que são estranhos à ação executiva. Embargada que tem direito apenas à fração ideal de propriedade do devedor. Alienação que não interferirá no pleno exercício do usufruto e não constituirá óbice para a usufrutuária continuar a residir no imóvel até que ocorra alguma das hipóteses de extinção desse direito real (art. 1410 do CC). Precedentes do C. STJ e deste TJ/SP. Sentença reformada para determinar o levantamento de ¾ da penhora do imóvel. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO" (fl. 178 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegam, além da divergência jurisprudencial, violação do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentam que, no caso, não há falar em valor fixado a título de honorários advocatícios por equidade.

Mencionam que

*"(...)*

*A decisão recorrida condenou a embargada, ora recorrida, ao pagamento de R\$ 1.500,00 à título de honorários de sucumbência. A fixação de verba honorária em valor abaixo de 10% do valor da causa ou do proveito econômico da parte, viola flagrantemente o disposto no § 2º, do art. 85, do CPC.*

*Note, Excelência, que o valor da causa atribuído aos embargos de terceiro foi de R\$ 230.000,00 (valor de avaliação do imóvel), cujo importe não foi objeto de insurgência da parte contrária.*

*Assim, pois, os honorários advocatícios deveriam ter sido fixados levando em conta o valor da causa ou o valor do proveito econômico da parte e não fixados por arbitramento ou equidade, até*

# Superior Tribunal de Justiça

*porque o valor atribuído à causa não trata-se de valor inestimável ou irrisório, não se tratando também de valor elevado, não cabendo, na espécie, a fixação da verba honorária por arbitramento ou equidade" (fl. 201 e-STJ).*

Contrarrazões às fls. 230/234 e-STJ.

É o relatório.

## DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece provimento.

A Segunda Seção desta Corte Superior, no julgamento do Recurso Especial nº 1.746.072-PR, decidiu que **o § 2º do art. 85 do CPC/2015 constitui a regra geral** no sentido de que os honorários sucumbenciais devem ser fixados no patamar de 10% a 20% sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou do valor atualizado da causa.

Destacou que **o § 8º do art. 85 do CPC/2015 é norma de caráter excepcional**, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, permitindo, assim, que a verba honorária seja arbitrada por equidade.

Na ocasião, o Ministro Raul Araújo, relator para o acórdão, apresentou as seguintes conclusões:

*“(...) a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do artigo 85, parágrafo 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no parágrafo 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado”.*

*(...) a equidade prevista pelo parágrafo 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa" (grifou-se).*

Eis a ementa do acórdão:

**"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.**

**1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.**

**2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do**

*julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).*

*3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.*

*4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).*

*5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.*

*6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido" (REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).*

No presente caso, a sentença julgou improcedente a ação (fl. 93 e-STJ), sendo que o acórdão recorrido deu parcial provimento ao recurso, nos seguintes termos:

*"(...)*

*Por fim, tendo em vista que os embargantes decaíram em ¼ do pedido, condeno os embargantes e embargada a arcarem, respectivamente com 25% e 75% das custas e demais despesas judiciais.*

*Fixo os honorários de sucumbência em R\$ 1.000,00 para o patrono da embargada e em R\$ 1.500,00 para o patrono dos embargantes, nos moldes do artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil.*

*Diante do exposto, por meu voto, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, para julgar parcialmente procedentes os embargos de terceiros, com o levantamento da penhora de ¾ do imóvel acima referido, nos termos acima explicitados" (fl. 184 e-STJ).*

Entretanto, como o julgado foi proferido na vigência do CPC/2015, a fixação dos honorários advocatícios de sucumbência deve realizar-se de acordo com as normas desse diploma processual. No caso em exame, o valor se refere ao proveito econômico obtido (levantamento da penhora que totaliza 3/4 do imóvel - fl. 180 e-STJ), devendo também respeitar os percentuais de decaimento fixados à fl. 184 e-STJ.

A esse respeito:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO. POSSIBILIDADE. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO.*

*1. Ação declaratória de nulidade de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização por danos materiais.*

*2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.*

*3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC.*

*4. O reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.*

*5. Com a ressalva do meu entendimento, a 2ª Seção definiu que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, §*

# *Superior Tribunal de Justiça*

8º). *Precedente da 2ª Seção.*

6. *Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1539823/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 20/11/2019)*

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para fixar os honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015 e da fundamentação acima.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator